

Eletrobras Distribuição Acre

**Demonstrações financeiras
intermediárias 30 de junho de 2018
e relatório dos auditores
independentes**

Índice

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	4
ATIVO	6
PASSIVO	7
<i>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</i>	<i>8</i>
<i>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</i>	<i>9</i>
<i>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</i>	<i>10</i>
<i>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</i>	<i>11</i>
1. Contexto Operacional	12
2. Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica.....	12
3. Base de preparação e principais políticas contábeis	14
4. Caixa e equivalentes de caixa	20
5. Clientes	20
6. Tributos e Contribuições Sociais	23
7. Direitos e obrigações de ressarcimento	24
8. Ativos e Passivos Regulatórios	25
9. Almoxarifado	27
10. Serviços em curso.....	28
11. Outros Ativos.....	28
12. Cauções e depósitos vinculados.....	28
13. Ativo financeiro indenizável - concessões de serviço público	29
14. Imobilizado	31
15. Intangível.....	31
16. Fornecedores	34
17. Financiamentos e empréstimos e Encargos da dívida	35
18. Tributos e contribuições sociais.....	38
19. Pesquisa e desenvolvimento.....	38
20. Encargos setoriais	39
21. Benefício pós-emprego	40
22. Outros passivos	40
23. Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	41
24. Adiantamento para futuro aumento de capital	44

25.	Patrimônio Líquido	44
26.	Receita operacional líquida.....	45
27.	Custo com energia elétrica	47
28.	Custos de operação, construção e despesas operacionais.	48
29.	Resultado financeiro.....	50
30.	Instrumentos financeiros por categoria.....	54
31.	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido.....	56
32.	Cobertura de Seguros	57
33.	Transações com partes relacionadas	57

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO		30/06/2018	31/12/2017
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	12.604	10.401
Clientes	(5)	117.208	145.861
Tributos e contribuições sociais	(6)	8.480	8.576
Direitos de ressarcimento	(7)	50.014	66.164
Ativos regulatórios	(8)	78.724	67.428
Almoxarifado	(9)	1.447	2.238
Serviços em curso	(10)	8.833	10.059
Outros ativos	(11)	14.010	12.105
Total do ativo circulante		291.320	322.832
NÃO CIRCULANTE			
Clientes	(5)	39.164	46.750
Cauções e depósitos vinculados	(12)	9.859	7.467
Tributos e contribuições sociais	(6)	2.222	1.730
Direitos de ressarcimento	(7)	238.705	238.366
Ativos regulatórios	(8)	175.533	-
Ativo financeiro - concessões de serviço público	(13)	442.415	429.813
Total do Ativo Realizável a longo prazo		907.898	724.126
Investimentos		1.654	1.654
Imobilizado	(14)	7.494	7.853
Intangível	(15)	16.383	14.392
Total do ativo não circulante		933.429	748.025
TOTAL		1.224.749	1.070.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	(16)	233.896	256.898
Financiamentos e empréstimos	(17)	160.334	95.997
Tributos e contribuições sociais	(18)	104.960	103.250
Passivos regulatórios	(8)	25.783	58.159
Obrigações estimadas		9.257	6.298
Pesquisa e desenvolvimento	(19)	31.028	27.419
Encargos setoriais	(20)	4.552	4.156
Benefício pós-emprego	(21)	3	174
Outros passivos	(22)	29.963	33.030
		<u>599.776</u>	<u>585.381</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	(16)	351.198	262.105
Financiamentos e empréstimos	(17)	382.442	412.247
Tributos e contribuições sociais	(18)	109.641	122.356
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(23)	144.415	122.060
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(24)	79.161	77.115
Benefício pós-emprego	(21)	58	225
Outros	(22)	88	103
		<u>1.067.003</u>	<u>996.211</u>
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	(25)		
Capital social		475.789	475.789
Outros resultados abrangentes		(558)	(558)
Prejuízos acumulados		(917.261)	(985.966)
		<u>(442.030)</u>	<u>(510.735)</u>
TOTAL		<u>1.224.749</u>	<u>1.070.857</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	(26)	268.543	383.522	138.784	235.139
CUSTO OPERACIONAL		(91.123)	(219.688)	(151.504)	(265.386)
Custo com energia elétrica	(27)	(64.478)	(156.790)	(90.342)	(165.134)
Energia elétrica comprada para revenda		(117.141)	(261.136)	(134.410)	(253.396)
Recuperação de despesas - CCC		55.410	109.065	45.769	92.184
Encargos de uso da rede de transmissão		(2.747)	(4.719)	(1.701)	(3.922)
Custo de operação	(28)	(14.573)	(47.369)	(50.327)	(91.511)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(20.593)	(43.208)	(20.595)	(37.369)
Depreciação e amortização		(5.543)	(11.233)	(5.102)	(11.314)
Provisões líquidas		29.133	38.661	(15.329)	(6.756)
Perda com Crédito de Clientes		(13.162)	(19.041)	(5.667)	(12.235)
Outros		(4.408)	(12.548)	(3.634)	(23.837)
Custo de Construção	(28)	(12.072)	(15.529)	(10.835)	(8.741)
RESULTADO BRUTO		177.420	163.834	(12.720)	(30.247)
Despesas Operacionais	(28)	(18.096)	(26.667)	(15.169)	(23.415)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(8.450)	(16.313)	(7.394)	(14.042)
Depreciação e amortização		(769)	(1.543)	(648)	(1.308)
Provisões líquidas		3.222	5.010	(6.227)	(6.516)
Perda com processos judiciais		(11.382)	(11.785)	(434)	(628)
Outros		(717)	(2.036)	(466)	(921)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		159.324	137.167	(27.889)	(53.662)
Resultado financeiro	(29)	(19.448)	(42.118)	(82.857)	(113.780)
RESULTADO DO PERÍODO		139.876	95.049	(110.746)	(167.442)
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13		139.876	95.049	(110.746)	(167.442)
Imposto de renda e contribuição social		(14.933)	(14.933)	33.848	33.848
RESULTADO DO PERÍODO		124.493	80.116	(76.898)	(133.594)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>01/04/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/04/2017 a 30/06/2017</u>	<u>01/01/2017 a 30/06/2017</u>
RESULTADO DO PERÍODO	124.943	80.116	(76.898)	(133.594)
Ganhos e perdas atuariais	(558)	(558)	(405)	(405)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>124.385</u>	<u>79.558</u>	<u>(77.303)</u>	<u>(133.999)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL INTEGRALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
Em 01 de janeiro de 2017	475.789	(749.161)	(405)	(273.777)
Resultado do período	-	(133.594)	-	(133.594)
Em 30 de junho de 2017	475.789	(882.755)	(405)	(407.371)
Em 01 de janeiro de 2018	475.789	(985.966)	(558)	(510.735)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(11.412)	-	(11.412)
Resultado do período	-	80.117	-	83.671
Em 30 de junho de 2018	475.789	(917.261)	(558)	(442.030)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	95.049	(167.442)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	587	2.011
Amortização do intangível	12.189	10.611
Juros, encargos e variações monetárias líquidas	42.074	(22.116)
Encargos financeiros	19.583	18.150
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	(18.496)	356
Provisão para contingências	(5.010)	318
Provisão/Reversão para redução ao valor recuperável de ativos	(20.165)	-
Baixa de ativo financeiro	142	-
Receita de VNR	(1.350)	-
Reversão de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	33.848
Ativo regulatório RGR ANEEL	(175.533)	-
Outras reversões	(11.650)	-
	(62.580)	(124.264)
Variação dos Ativos		
Clientes	60.587	(7.658)
Tributos e contribuições sociais	(396)	(708)
Direitos de ressarcimento	18.951	46.254
Ativos regulatórios	(11.296)	43.624
Almoxarifado	791	(87)
Serviços em curso	1.226	(1.141)
Cauções e depósitos vinculados	-	(228)
Outros ativos	(1.905)	(19.700)
	67.958	60.356
Variação dos Passivos		
Fornecedores	42.640	(14.362)
Tributos e contribuições sociais	(50.289)	(21.325)
Passivos regulatórios	(32.376)	(37.680)
Obrigações estimadas	2.959	1.704
Pesquisa e desenvolvimento	3.039	1.570
Encargos setoriais	966	(3.187)
Benefício Pós-Emprego	(338)	(377)
Obrigações de Ressarcimento	-	(39.510)
Outros Passivos	34.436	161.919
	1.037	48.752
Caixa das atividades operacionais		
Pagamento de encargos financeiros	(1.766)	(2.231)
Pagamento de Depósitos Judiciais	(2.191)	(2.949)
	(3.957)	(24.646)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	2.458	(39.802)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do ativo imobilizado	(228)	(739)
Aquisição do ativo financeiro	(15.488)	(10.714)
Aquisição do ativo intangível	(74)	(884)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(15.790)	(12.337)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos	17.449	58.662
Amortização de empréstimos	(1.914)	(4.092)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	15.535	54.570
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.203	2.431
Caixa e equivalente de caixa no início do período	10.401	16.006
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	12.604	18.437
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.203	2.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, doravante denominada ELETROACRE, é uma sociedade por ações de economia-mista de direito privado e de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.065.033/0001-70, com sede localizada na Rua Valério Magalhães, 226, Rio Branco, estado do Acre. Sua controladora é a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, detentora de 96,7076% de seu capital social. A ELETROACRE é designada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como prestadora de serviço público de energia elétrica.

O objetivo social da ELETROACRE é a exploração dos serviços de energia elétrica, conforme definido no Plano de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica - PPTS, realizando, para tanto, estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras, subestações, linha de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica, bem como desenvolvimento de atividade nos diferentes campos de energia com finalidade econômica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia - MME.

2. Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica.

Em 8 de novembro de 2017 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI) aprovou a Resolução nº 20 que lista as condições mínimas e preços para alienação pela Eletrobras das ações representativas da sua participação acionária no capital social da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE.

Em 28 de dezembro de 2017 a 169ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a prorrogação do prazo para assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras na ELETROACRE desde que ocorra até 31 de julho de 2018, sob pena de manutenção da decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária que determinou o encerramento dos serviços temporários de distribuição, bem como a liquidação da ELETROACRE, o que também deverá ocorrer caso não seja garantido pela ANEEL e/ou pelo Poder Concedente, o direito à prestação de serviços de distribuição, de forma temporária, até a efetiva transferência do controle acionário, mediante remuneração adequada.

A Eletrobras avaliou a modelagem de privatização prevista na Resolução acima citada, de acordo com suas condições financeiras e orçamentárias, e em 8 de fevereiro de 2018, por meio da realização da 170ª Assembleia Geral Extraordinária, aprovou os seguintes tópicos:

- Venda da integralidade das ações da ELETROACRE, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R\$ 50 da referida distribuidora. Esse valor é associado à outorga de concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da ELETROACRE e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R\$ 113.779.

- Assunção da Eletrobras pelos direitos da ELETROACRE, referentes à conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, no valor de até R\$ 296.167, devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos - CPPI número 20 com as alterações das Resoluções números 28 e 29.
- Dissolução e liquidação da ELETROACRE cuja transferência do controle acionário foi aprovada nos itens acima em caso de não cumprimento das condicionantes previstas ou do prazo estabelecido pela 169ª Assembleia Geral Extraordinária para a assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras das Distribuidoras.
- A cessão gratuita, pela Eletrobras, do direito de preferência de subscrever novas ações a serem emitidas cuja transferência do controle acionário fora provada nos termos acima, no âmbito do aumento de capital a ser feito pelo(s) novo(s) controlador(es), vencedor(es) dos Leilões de Desestatização, para empregados e aposentados da ELETROACRE;
- A delegação de poderes ao Conselho de Administração da Eletrobras para deliberar sobre o exercício de opção da Eletrobras de aumentar a participação, em até 30% (trinta por cento), no capital social da ELETROACRE cuja transferência do controle acionário for aprovada nos termos dos itens acima, no prazo de até 6 (seis) meses, contados da data de assinatura do respectivo contrato de transferência de controle acionário;

A ELETROACRE apurou nova bifurcação da parcela do ativo financeiro na proporção correspondente, até 31 de dezembro de 2018, data limite para permanecer como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos das distribuidoras.

Cenário de dissolução e liquidação da distribuidora

Uma vez que todas as Distribuidoras foram criadas com a finalidade precípua de prestar serviço público de distribuição de energia elétrica mediante concessão, haverá um esvaziamento completo do objeto social dessas sociedades. Cenário que já havia iniciado desde a reprovação da renovação das concessões das distribuidoras por parte da Eletrobras e da posterior designação destas entidades como prestadoras temporárias de serviços de distribuição de energia elétrica.

Desta forma, dada a impossibilidade de cumprimento do objeto social da ELETROACRE, a alienação de seu controle acionário ficará desprovida de qualquer sentido jurídico ou conotação econômica, com o quê, inexoravelmente, só restará à Eletrobras promover a dissolução de tais sociedades, com base na deliberação que já foi tomada na 165ª AGE, realizada em 22 de julho de 2016, inclusive com voto favorável da União, corroborada pelas decisões da 170ª AGE.

A forma de liquidação da ELETROACRE, na qualidade de sociedades de economia mista federal, contudo, é complexa e controvertida, havendo dúvidas quanto à

legislação aplicável e a forma como essa se daria, eis que referidas entidades não podem, por expressa vedação legal, se sujeitarem ao regime de falência e recuperação aplicável às demais sociedades privadas, consoante art. 2º, I, da Lei nº 11.101/2005.

Diante do contexto, conforme apresentado na proposta da Administração para a 170ª AGE, foram contratados juristas cujos pareceres apontam pela incidência da Lei nº 8.029/1990 à hipótese de dissolução e liquidação da ELETROACRE. Essa lei prevê que a União sucederá a entidade, que venha a ser extinta ou dissolvida, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato, portanto, seria a União sucessora universal dos direitos e obrigações das Distribuidoras da Eletrobras.

Estimativa do custo de liquidação

Para a apuração do eventual custo de liquidação foram consideradas as seguintes premissas:

- Custo de desligamento de pessoal - 2 vezes a folha de pagamento no montante de R\$ 72.966;
- Ativo financeiro em curso, glosa média de 10%;
- Clientes, adicional de glosa de 20% nos créditos vencidos até 90 dias, glosa de 50% nos vencidos a mais de 90 dias e glosa de metade dos valores ora renegociados;
- Inclusão na base de passivos de 30% das contingências possíveis.

Neste cenário a Eletrobras estimou os custos de uma eventual liquidação da ELETROACRE no montante de R\$ 494.937.

3. Base de preparação e principais políticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 21(R1) - Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias em 24 de julho de 2018.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2017, com exceção das novas normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na nota 3.7.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017. Conseqüentemente, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

3.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a ELETROACRE conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos e realização dos ativos conforme os prazos divulgados nas respectivas notas explicativas correspondentes.

A ELETROACRE apurou lucro em suas operações no encerramento do período no montante de R\$ 80.116, reduzindo o prejuízo acumulado para R\$ 917.261 e apresentando patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 442.030 em 30 de junho de 2018, bem como passivo circulante superior ao ativo circulante (capital circulante líquido negativo) de 308.456 naquela data.

A Eletrobras, controladora da ELETROACRE, deliberou pela não renovação da concessão vencida em 7 de julho de 2015 e definiu pela desestatização da ELETROACRE até 31 de dezembro de 2017.

Como a distribuição de energia elétrica é um ato contínuo, em 03 de agosto de 2016, o MME editou a Portaria MME nº 421/2016 designando a ELETROACRE como responsável pela prestação do serviço de distribuição de energia elétrica de forma temporária para o estado do Acre com vistas a garantir a continuidade do serviço, nos termos do art. 9º, parágrafo único da Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

A ELETROACRE protocolou na ANEEL o Plano de Prestação Temporária do Serviço de Distribuição, contemplando as seguintes premissas: i) Adimplência setorial; ii) Perdas de energia elétrica; iii) Custos operacionais; iv) Qualidade dos serviços; v) Periodicidade de entrega das informações à ANEEL e; vi) Aspectos financeiros e viabilidade do Plano. A ELETROACRE produziu estimativas de dados econômicos e financeiros, fluxo de caixa e demonstração de resultado, para nortear e gerir a realização dessas atividades até a desestatização da ELETROACRE, conforme preconiza a Resolução nº 003 de 13 de setembro de 2016, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República que estabeleceu cronograma para realização do Leilão até 31 de dezembro de 2017.

Em 4 de dezembro de 2017, o MME por meio da Portaria nº 468 de 4 de dezembro de 2017 prorrogou o prazo de Prestação do Serviço de Distribuição de energia elétrica, até a assunção de novo concessionário, ou até 31 de julho de 2018, o que ocorrer primeiro.

As regras da prestação de serviço anteriormente pactuada continuarão sem alteração para o período de prorrogação citado no paragrafo anterior. A Administração continuará apresentando mensalmente a prestação de contas na ANEEL com vistas a validar as premissas pactuadas.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da ELETROACRE. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos ativos vinculados à concessão que foram mensurados ao valor justo pela Base de Remuneração Regulatória - BRR.

3.5 Julgamentos, estimativas

A preparação das demonstrações financeiras da ELETROACRE requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afete os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requer um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3.6 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Exceto pelas novas políticas contábeis, estimativas e julgamentos relacionados a adoção da CPC 48/ - Instrumentos financeiros e CPC 47 - Receita de contratos com clientes, que estão descritas no item 3.7 desta nota.

Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

3.7 Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia adotou as normas do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (a) e CPC 47 - Receita de contratos com clientes (b) que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

- (a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração

De acordo com o CPC 48, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Sendo eliminadas as categorias existentes no CPC 38 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (*Solely payments of principal and interest* - SPPI).

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

Modelo	Contexto
1 Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2 Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3 Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócio considerando o melhor retrato da maneira como ela gerencia suas carteiras de ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa destes ativos são gerados unicamente pelo recebimento dos fluxos contratuais, pela venda dos mesmos ou por ambos.

Características contratuais do fluxo de caixa - os fluxos de caixa contratuais cujos recebimentos são exclusivos de principal e de juros sobre o principal indicam um empréstimo básico em que as parcelas e o risco de crédito normalmente são os elementos mais significativos dos juros.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro. Entretanto, nesse acordo, os juros também podem ser formados levando-se em consideração outros componentes como risco de liquidez, custos administrativos, *spread* da instituição financeira.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 01/01/2018
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			574.970	574.970
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por Meio de Resultado	10.401	10.401
Clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	192.611	192.611
Direitos de Ressarcimento	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	304.530	304.530
Ativo Financeiro - Valores a receber Parcela A	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	67.428	67.428
			429.813	429.813
Ativo Financeiro - Distribuição	Disponíveis para venda	Valor Justo por Meio de Resultado	429.823	429.823

O CPC 48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Mensuração das provisões para perdas de acordo com as seguintes bases:

	CPC 48
Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Estabelecendo uma matriz de cálculo baseado nas taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público).

É considerado pela Companhia um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido conforme regras da companhia.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação.

Reflexos da adoção inicial do CPC 48 em 01/01/2018 - Diferenças reconhecidas em lucros acumulados, conforme tabela a seguir:

Impactos Adoção Inicial CPC 48	31/12/2017- CPC38/IAS39	Impacto	01/01/2018- CPC48/IFRS9
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	53.201	11.412	64.613
Total de perdas por redução ao valor recuperável	53.201	11.412	64.613

(a) CPC 47 - Receita de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a IAS 18 Receita, a IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Não houve impactos da adoção do CPC 47.

4. Caixa e equivalentes de caixa

		30/06/2018	31/12/2017
Contas bancárias à vista	(4.1)	5.203	9.745
Fundo fixo de caixa		19	28
Aplicações financeiras	(4.2)	7.382	628
Total		12.604	10.401

4.1 Contas bancárias à vista

São representados pelas contas de livre movimentação mantidas pela ELETROACRE em bancos, a saber: conta movimento, contas especiais para pagamentos específicos e contas especiais de arrecadação.

4.2 Aplicações financeiras

A aplicação financeira corresponde à operação realizada em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária conforme taxa pré-estabelecida, conforme abaixo:

Banco	Tipo de Aplicação	Tipo de Remuneração	Vencimento	Taxa Média (a.a.)
Banco do Brasil S. A	RF CP	BB-Extra Mercado	Imediato	9,23

5. Clientes

A composição da conta clientes está assim demonstrada:

		30/06/2018				PCLD	TOTAL	31/12/2017
		A	SALDOS VENCIDOS		Total			
		VENCER	Até 90	91 a 365			TOTAL	
Circulante								
Faturados	(5.1)	33.241	32.484	34.068	99.793	(32.350)	67.443	66.978
Não faturados		11.052	-	-	11.052	-	11.052	10.615
Parcelamentos	(5.2)	34.010	2.513	3.190	39.713	(3.082)	36.631	35.270
(-) Ajuste a valor presente		(6.331)	-	-	(6.331)	-	(6.331)	(7.411)
Suprimento de energia		-	1.329	-	1.329	(118)	1.211	3.001
CCEE	(5.3)	-	4.911	-	4.911	-	4.911	36.336
Outros		2.291	-	-	2.291	-	2.291	1.072
Total		74.263	41.237	37.258	152.758	(35.550)	117.208	145.861
Não circulante								
Parcelamentos	(5.2)	96.855	-	-	96.855	(10.564)	86.291	96.758
(-) Ajuste a valor presente		(47.127)	-	-	(47.127)	-	(47.127)	(50.008)
Total		49.728	-	-	49.728	(10.564)	39.164	46.750
Total geral		123.991	41.237	37.258	202.486	(46.114)	156.372	192.611

5.1 Fornecimento faturado

Corresponde a energia vendida e faturada aos consumidores contemplando a tarifa regulada pela ANEEL obtida em novembro de 2017 de 1,51%, correspondendo ao efeito médio tarifário a ser percebido pelos consumidores, praticada em todo o exercício de 2018.

5.2 Parcelamentos

Representa os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Estes valores estão ajustados a valor presente, conforme determina o CPC 12, visto que no montante dos parcelamentos são contabilizados no momento de sua constituição dos juros acordados na assinatura dos contratos. O ajuste a valor presente é realizado no montante total dos juros a transcorrer. Abaixo composição dos saldos parcelados:

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Residencial	11.597	10.854
Industrial	1.970	1.891
Comercial	3.782	3.134
Rural	2.193	2.143
Poder Público	15.907	25.446
Iluminação Pública	132	94
Serviço Público	4.132	7.071
(-) Ajuste a valor presente	(6.331)	(7.411)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.082)	(15.363)
Total	30.300	27.859
Não circulante		
Residencial	5.238	5.388
Industrial	1.522	1.348
Comercial	2.012	1.634
Rural	598	604
Poder Público	75.777	80.772
Iluminação Pública	123	8
Serviço Público	11.585	12.464
(-) Ajuste a valor presente	(47.127)	(50.008)
(-) Provisão para crédito liquidação duvidosa	(10.564)	(5.460)
Total	39.164	46.750
Parcelamento total	69.464	74.609

5.3 CCEE

O Saldo refere-se à liquidação no Mercado de Curto Prazo - MCP, da energia elétrica excedente adquirida pela ELETROACRE. Em 2017 a ELETROACRE liquidou 441.575 Megawatts representando R\$ 147.808.

5.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa por classe de consumidores estão demonstrados a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Residencial	(18.386)	(21.990)
Industrial	(3.555)	(2.311)
Comercial	(4.887)	(3.112)
Rural	(2.511)	(3.097)
Poderes Públicos	(15.272)	(16.850)
Iluminação Pública	(221)	(99)
Serviço Público	(1.164)	(5.740)
Suprimento	(118)	-
Total	(46.114)	(53.199)

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

Para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e à situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

Os critérios adotados estão conforme abaixo:

CLASSE DE CONSUMO	Prazo de contas vencidas para constituição da PCLD	
	Relevantes (Alta tensão)	Não relevantes (Baixa tensão)
Residencial	60 dias	90 dias
Industrial	180 dias	180 dias
Comercial	90 dias	150 dias
Rural	90 dias	180 dias
Poder público	150 dias	180 dias
Serviço público	120 dias	180 dias
Iluminação pública	NA	150 dias
Suprimento	60 dias	NA
Consumidor livre	60 dias	NA
PIE	60 dias	NA

Critérios constituição de PCLD PARCELAMENTO		
Número de parcelas	Provisão ou Reversão Classes Privadas	Provisão ou Reversão Classes Públicas
Até 36	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturadas, vencidas e não pagas
De 37 a 60	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturadas, vencidas e não pagas
Mais de 60	Pagamento efetivo de 6 parcelas	6 parcelas faturadas, vencidas e não pagas

• **Movimentação da PCLD:**

A movimentação ocorrida nos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período está composta, conforme a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(53.199)	(45.964)
Constituição/Reversão	7.084	(7.235)
Baixa	1	-
Total Geral	(46.114)	(53.199)

6. Tributos e contribuições sociais

		30/06/2018	31/12/2017
Circulante			
Tributos retidos na fonte	(6.1)	6.348	6.127
ICMS a recuperar	(6.2)	1.639	1.832
CSLL a compensar		2	131
IR a compensar		444	444
Outros		47	42
Total do circulante		8.480	8.576
Não circulante			
ICMS a recuperar	(6.2)	2.222	1.730
Total do não circulante		2.222	1.730
Total		10.702	10.306

6.1 Tributos retidos na fonte

Nesta rubrica são apropriados tributos como PIS, COFINS, IRPJ e CSLL retidos nas faturas de energia elétrica dos órgãos públicos federais que poderão ser compensados após a homologação, pela Receita Federal, do parcelamento especial em que a Companhia aderiu instituído pelo Programa de Regularização Tributária - PRT.

6.2 ICMS a recuperar

Decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado e intangível. Segue a movimentação do saldo a recuperar de ICMS:

	Circulante	Não Circulante
Saldo em 01 de janeiro de 2017	1.951	1.897
Constituição	2.147	-
Baixas	(2.433)	-
Transferências	167	(167)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.832	1.730
Constituição	1.717	-
Baixas	(1.418)	-
Transferências	(492)	492
Saldo em 30 de junho de 2018	1.639	2.222

Os créditos acima descritos são compensados por meio da apuração do ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48 definido na legislação vigente.

7. Direitos e obrigações de ressarcimento

Nesta rubrica estão alocados os valores de direitos e obrigações com a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC e os direitos apurados pelo subsídio baixa renda.

		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Direitos de Ressarcimento</u>	(7.4)		
<u>Circulante</u>			
CCC	(7.1)	31.468	48.525
Subsídio Baixa Renda	(7.2)	11.257	10.386
CDE	(7.3)	7.289	7.253
		<u>50.014</u>	<u>66.164</u>
<u>Não Circulante</u>			
CCC		<u>238.705</u>	<u>238.366</u>
Total do Ativo		<u>288.719</u>	<u>304.530</u>

7.1 Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)

Refere-se a valores a receber do Fundo Setorial CCC, decorrentes do direito ao reembolso do custo total de geração de energia elétrica para atendimento ao serviço público nos sistemas não interligados Estado do Acre, os chamados sistemas isolados.

7.2 Subsídio baixa renda

O subsídio baixa renda é um direito de ressarcimento estabelecido pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e no art.5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

O saldo em 30 de junho de 2018 no montante de R\$ 11.257 (R\$ 10.386 em 31 de dezembro de 2017), refere-se a valores a receber do Governo Federal decorrente do referido subsídio.

7.3 Repasse CDE

Instituída pela Lei 10.438/02, a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é uma conta cuja arrecadação é usada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por usinas que utilizam fontes alternativas: eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, carvão mineral nacional, etc. Parte dos recursos provenientes da Conta também é repassada para a universalização da energia elétrica no País.

O custo da CDE é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional - SIN. Os Sistemas Isolados estão isentos desse custo.

As distribuidoras de energia são obrigadas a recolher, mensalmente, sua cota, que, por força da legislação atual, tem que ser homologada pela Aneel. O valor da cota é proporcional ao mercado atendido por cada empresa. O desembolso que as distribuidoras fazem para bancar a Conta é repassado aos consumidores por meio das tarifas. Isso acontece por ocasião do reajuste tarifário anual ou da revisão tarifária periódica das empresas.

O saldo em 30 de junho de 2018 corresponde à modicidade tarifária no montante de R\$ 7.289 (R\$ 7.253 em dezembro de 2017), conforme definido pelo Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013, em seu artigo 1º, inciso I ao V.

7.4 Movimentação dos direitos de ressarcimento

	30/06/2018				31/12/2017			
	CCC	Subsídio Baixa Renda	CDE	CCC - (Processo Judicial)	CCC	Subsídio Baixa Renda	CDE	CCC - (Processo Judicial)
Circulante	48.525	10.386	7.253	-	92.727	10.731	28.002	-
Adições	109.066	5.694	7.299	-	198.765	(345)	55.570	-
(-) Adiantamento	(128.084)	-	-	-	(210.962)	-	-	-
Baixas	(840)	(4.823)	(7.263)	-	(37.953)	-	(41.387)	-
Atualização monetária	939	-	-	-	5.948	-	-	-
Transferências	1.862	-	-	-	-	-	(34.932)	-
Total	31.468	11.257	7.289	-	48.525	10.386	7.253	-
Não Circulante	238.366	-	-	-	243.030	-	-	-
Atualização monetária	2.201	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	(1.862)	-	-	-	(4.664)	-	-	-
Total	238.705	-	-	-	238.366	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-	81.017	-	-	65.034
Atualizações	-	-	-	-	1.445	-	-	475
Baixas	-	-	-	-	(82.462)	-	-	(65.509)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-

8. Ativos e Passivos Regulatórios

8.1 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os itens constantes da rubrica outros itens financeiros são: exposição de diferença de preços entre submercados, penalidade por descumprimento de meta de universalização, Subvenção CDE - art. 13, inciso VIII, Lei nº 10.438/2002,

repassa da sobre contratação/exposição de energia REN nº 255/2007, ajuste de Conexão/DIT RTP2013, ajuste financeiro referente recálculo reajuste/revisão ano anterior, diferencial Eletronuclear - Lei nº 12.111/2009.

Os saldos dos ativos e passivos correspondentes à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, da neutralidade da dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da ELETROACRE e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente pela taxa SELIC e compensadas dos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos financeiros e dos demais componentes financeiros estão assim reconhecidos:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Parcela A - CVA	74.196	56.108
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.350	8.376
Outros itens financeiros	1.178	2.944
Total	78.724	67.428
Ativo não circulante		
Ativo regulatório RGR ANEEL	(8.2) 175.533	-
Total	175.533	-
Passivo Circulante	30/06/2018	31/12/2017
Passivos regulatórios	2.519	-
Neutralidade da parcela A	977	2.441
Sobrecontratação de energia	21.967	54.919
Outros itens financeiros	320	799
Total	25.783	58.159

8.2 Ativo regulatório RGR ANEEL

As ELETROACRE detinha a concessão para a exploração de serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 006/2001.

Contudo, em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, da Eletrobras, deliberou pela não prorrogação das Concessões de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica da ELETROACRE, assumindo assim a condição de prestadora temporária do serviço de distribuição de energia elétrica.

Visando regulamentar o tema, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 388/2016, que definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e designou a ELETROACRE como prestadora temporária do serviço de distribuição de energia elétrica ("Designação").

Enquanto não ocorra transferência do controle acionário, o período vem sendo prorrogado, e a Companhia vem, desde então, complementando suas fontes de recursos com remuneração via empréstimos RGR.

Desta forma, considerando o direito à neutralidade econômica da prestação do serviço de distribuição enquanto operado sob forma de Designação, com amparo art.º 9 da Lei nº 12.783/2016, (o qual dispõe que as obrigações contraídas na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário nos termos do edital de licitação), as Distribuidoras se qualificam ao reconhecimento do direito de ressarcimento dessas obrigações nos termos do Edital de Leilão e seus anexos, parte do Programa de Parcerias de Investimentos, emitido em junho de 2018 pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como parte do processo de desestatização das distribuidoras da Eletrobras, que definiu a forma e as condições que asseguram e viabilizam a mensuração e o reconhecimento contábil de tal direito, como item de Parcela A.

Adicionalmente, por meio do Ofício 242 de 13 de junho de 2018, a Aneel também estabeleceu que, mesmo no cenário de outorga pura da concessão (no caso de insucesso da alienação do controle acionário) o passivo contraído junto ao Fundo RGR, durante todo o período da Designação, será transferido para a nova concessão, onde o novo concessionário fará jus ao reconhecimento tarifário nos termos da Lei de forma semelhante ao cenário de alienação de controle das distribuidoras.

Assim, fica também afastada a condicionalidade de reconhecimento desse direito apenas via consumo, caracterizando um direito incondicional, de forma análoga ao ativo consubstanciado no OCPC 08, reunindo assim as condições necessárias para o registro contábil.

Desta forma, a ELETROACRE procedeu o reconhecimento do direito à neutralidade econômica, enquanto operando sob forma de Designação, no montante de R\$ 175.533 na receita de CVA-outros componentes financeiros em contrapartida de Ativo Financeiro da Concessão.

Abaixo segue movimentação líquida no resultado do saldo de CVA durante o exercício:

Saldo em 01 de Janeiro 2017	34.282
Constituição	4.188
Amortização	(29.201)
Bandeira Tarifária	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.269
Constituição	204.510
Amortização	(2.433)
Atualização Monetária	17.128
Saldo em 30 de junho de 2018	228.474

9. Almoxarifado

	30/06/2018	31/12/2017
Almoxarifado	728	889
Materiais em poder de terceiros	426	428
Resíduos e sucatas	293	921
Total	1.447	2.238

10. Serviços em curso

Conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os serviços em curso são valores relativos aos custos serviços próprios ou de terceiros controlados pelo sistema de Ordem de Serviço - ODS que de acordo com a sua destinação poderá ser contabilizado como despesa ou investimento.

	30/06/2018	31/12/2017
PEE	927	831
P&D	5.176	4.616
Outros	2.730	4.612
Total	8.833	10.059

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D são programas de reinvestimentos que encontram-se em curso, trata-se de uma exigência regulatória para as distribuidoras de energia elétrica, cuja finalidade é trazer economicidade aos consumidores. Quando concluídos poderão ser classificados como intangível e financeiro ou como despesa operacional.

11. Outros ativos

Os outros ativos são compostos pelas seguintes contas:

		30/06/2018	31/12/2017
Cauções e depósitos vinculados		483	483
Empregados	(11.1)	1.280	1.250
Dispêndios a reembolsar em curso		726	854
Desativações em curso	(11.2)	10.139	8.893
Outros ativos circulantes		1.382	625
Total		14.010	12.105

11.1 Empregados

Nesta rubrica estão contabilizados os adiantamentos a funcionários tais como diárias, passagens (baixados quando ocorre a devida prestação de contas pelo empregado) e tratamento de saúde, neste caso baixado pelo desconto em folha de pagamento.

11.2 Desativações em curso

Esta rubrica se refere a desativações relativas a equipamentos de rede, determinadas por motivos técnico-operacional e sinistro que aguardam a devida destinação como reparo, alienação ou sucatas.

12. Cauções e depósitos vinculados

Abaixo detalhamento das cauções e depósitos vinculados:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Depósitos judiciais	Depósitos recursais	Total	Depósitos judiciais	Depósitos recursais	Total
Cíveis	6.788	3.071	8.959	6.633	834	7.467

Abaixo movimentação dos depósitos vinculados:

	Depósitos judiciais	Depósitos recursais
Saldo em 01 de janeiro de 2017	6.199	1.178
Adições	-	60.303
Baixa	-	(60.647)
Atualização monetária	434	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.199	834
Adições	-	12.056
Baixa	(46)	(4.966)
Atualização monetária	201	-
Saldo em 30 de junho de 2018	6.788	3.071

13. Ativo financeiro indenizável - concessões de serviço público

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(a) parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

(b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Segue abaixo abertura da movimentação do ativo financeiro indenizável (Concessão) em curso e em serviço:

	Em serviço			Em curso			Valor líquido
	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 01/01/2016	433.181	(174.960)	258.222	174.178	(12.172)	162.006	420.227
Adições	-	-	-	41.429	(19.827)	21.602	21.602
Transferências	95.860	(16.314)	79.546	(95.860)	16.314	(79.546)	-
Baixas	(3.201)	-	(3.201)	-	-	-	(3.201)
Atualização de VNR	2.887	-	2.887	-	-	-	2.887
Reclassificação	(16.577)	5.914	(10.663)	(795)	(244)	(1.039)	(11.702)
Saldo em 31/12/2017	512.150	(185.360)	326.792	118.952	(15.929)	103.023	429.813
Adições	-	-	-	28.611	(13.123)	15.488	15.488
Transferências	26.287	(2.277)	24.010	(26.287)	2.277	(24.010)	-
Baixas	(142)	-	(142)	-	-	-	(142)
Atualização de VNR	1.350	-	1.350	-	-	-	1.350
Reclassificação	(11.981)	9.031	(2.950)	(1.144)	-	(1.144)	(4.094)
Saldo em 30/06/2018	527.664	(178.606)	349.060	120.132	(26.775)	93.357	442.415

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro indenizável (Concessão) está assim apresentada:

		Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 01/01/2017		607.358	(187.131)	420.227
Adições		41.429	(19.827)	21.602
Baixas		(3.201)	-	(3.201)
Atualização de VNR	(13.2)	2.887	-	2.887
Reclassificações		(17.373)	5.671	(11.702)
Saldo em 31/12/2017		631.100	(201.287)	429.813
Adições		28.611	(13.123)	15.488
Baixas		(142)	-	(142)
Atualização de VNR	(13.2)	1.350	-	1.350
Reclassificações		(13.125)	9.031	(4.094)
Saldo em 30/06/2018		647.794	(205.379)	442.415

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais)

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, Estados, Municípios e Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

13.1 Atualização com base no Valor Novo de Reposição - VNR

A ELETROACRE vem reconhecendo no ativo financeiro as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, apurados no modelo bifurcado definido na Interpretação Técnica do ICPC 01, os quais não serão amortizados até o final da concessão, e serão indenizados pelo poder concedente no término do contrato de concessão.

Com a publicação da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a qual dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, foram estabelecidas condições e regras para a referida indenização, regulamentado pelo poder concedente, que irá utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR.

Em 23 de novembro de 2015, a Resolução Normativa ANEEL nº 686, alterou o índice de atualização do Valor Novo de Reposição - VNR das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Esta resolução determinou que a período de atualização seria entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

14. Imobilizado

O imobilizado refere-se aos bens, direitos e instalações utilizadas na administração da ELETROACRE e está demonstrado por natureza da seguinte forma:

	30/06/2018			2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.548	(12.709)	(435)	1.404	1.416
Terrenos	178	-	-	178	177
Máquinas e equipamentos	5.816	(2.944)	-	2.872	3.211
Veículos	555	(281)	-	274	305
Móveis e utensílios	4.831	(3.166)	-	1.665	1.655
Outros	1.101	-	-	1.101	1.089
	27.029	(19.100)	(435)	7.494	7.853

Abaixo o detalhamento da movimentação dos bens do ativo imobilizado:

	Em serviço			Em curso		Total
	Valor histórico	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor histórico	
Saldo em 01/01/2017	21.593	(16.734)	(459)	4.400	4.233	8.633
Adições	-	(1.826)	16	(1.810)	1.079	(731)
Transferências	2.708	-	-	2.708	(2.708)	-
Baixas	(106)	57	-	(49)	-	(49)
Saldo em 31/12/2017	24.195	(18.503)	(443)	5.249	2.604	7.853
Adições	-	(596)	9	(587)	228	(359)
Transferências	431	-	-	431	(431)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	24.626	(19.099)	(434)	5.093	2.401	7.494

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução ANEEL n.º 674, de 11 de agosto de 2015. As principais taxas anuais de depreciação são as seguintes:

Administração/Comercialização	%	Anos
Edificações	3,33%	30
Veículos	14,29%	7
Equipamentos de Informática	16,67%	6
Móveis e Utensílios	6,25%	16
Equipamentos de Gerais	6,25%	16

15. Intangível

Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de amortização de intangíveis das concessões - ICPC 01 (R1).

Este grupo é formado pelo Intangível-Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que referem-se à rubrica Outros).

A movimentação dos ativos intangíveis está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Reclassificações	Saldo em 30/06/2018
Vinculados à Concessão - Distribuição							
Em serviço							
Ativo Intangível	244.924	-	-	1.577	(156)	11.981	258.326
Amortização acumulada	(229.230)	-	(15.084)	-	156	-	(244.158)
Impairment	(10.011)	10.012	-	-	-	-	1
Obrigações especiais	(5.683)	-	4.891	(7)	-	(9.028)	(9.827)
	-	10.012	(10.193)	1.570	-	2.953	4.342
Em curso							
Ativo Intangível	1.495	104	-	(1.577)	-	1.144	1.166
Obrigações especiais	(201)	(64)	-	7	-	(3)	(261)
	1.294	40	-	(1.570)	-	1.141	905
	1.294	10.052	(10.193)	-	-	4.094	5.247
Não Vinculados à Concessão							
Em serviço							
Ativo Intangível	24.542	-	-	-	-	-	24.542
Amortização acumulada	(13.564)	-	(1.996)	-	-	-	(15.560)
Em curso	2.120	34	-	-	-	-	2.154
	13.098	34	(1.996)	-	-	-	11.136
Total	14.392	10.086	(12.189)	-	-	4.094	16.383
	Saldo em 01/01/2017	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Reclassificações	Saldo em 31/12/2017
Vinculados à Concessão - Distribuição							
Em serviço							
Ativo Intangível	222.606	-	-	6.702	(852)	16.468	244.924
Amortização acumulada	(199.989)	-	(30.097)	-	856	-	(229.230)
Impairment	-	(10.011)	-	-	-	-	(10.011)
Obrigações especiais	(9.054)	-	9.457	(172)	-	(5.914)	(5.683)
	13.563	(10.011)	(20.640)	6.530	4	10.554	-
Em curso							
Ativo Intangível	7.062	231	-	(6.702)	-	904	1.495
Obrigações especiais	(411)	(206)	-	172	-	244	(201)
	6.651	25	-	(6.530)	-	1.148	1.294
	20.214	(9.986)	(20.640)	-	4	11.702	1.294
Não Vinculados à Concessão							
Em serviço							
Ativo Intangível	15.511	-	-	9.031	-	-	24.542
Amortização acumulada	(9.824)	-	(3.740)	-	-	-	(13.564)
Em curso	5.180	5.971	-	(9.031)	-	-	2.120
	10.867	5.971	(3.740)	-	-	-	13.098
Total	31.081	(4.015)	(24.380)	-	4	11.702	14.392

A ANEEL estabelece a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da ELETROACRE entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

15.1 Análise do valor de recuperação de ativos intangíveis

Para fins deste estudo foi utilizada a metodologia do fluxo de caixa descontado, neste método os fluxos financeiros operacionais da empresa são projetados até o término da vida útil dos ativos testados, sendo estes fluxos, ajustados a valor presente e somados. Observa-se ainda, que este estudo considerou como vida útil

dos ativos até 31 de dezembro de 2018, término da vigência da Prestação de Serviços Temporário de Distribuição de Energia.

De acordo com a Metodologia para o cálculo do Custo de Capital da Eletrobras, a taxa utilizada para descontar o Fluxo de Caixa no teste de impairment foi o WACC depois dos impostos (pós tax). O valor do WACC ajustado para as empresas distribuidoras foi definido a taxa efetiva real de desconto em 5,92% a.a conforme premissa adotada pela Eletrobras holding.

As tarifas médias foram baseadas na Resolução homologatória ANEEL nº 2.348 de 29 de novembro de 2017 - com aumento médio percebido pelo consumidor de 1,51%, aplicadas a partir de dezembro/2017.

O mercado de venda de energia elétrica em MWh para 2018, a Eletroacre considerou o crescimento vegetativo de 1,0% em relação ao realizado em 2017. Para os níveis de perda de energia foram utilizados os mesmos praticados em 2017 que estão dentro do patamar regulatório.

Para a rubrica de perdas no recebimento de créditos, considerou-se o mesmo valor para 2017.

Demais itens da receita: referência no ano de 2017, mensalizado e aplicado aos sete meses de 2018, assim como o efeito médio, em 2018, do último reajuste tarifário de 1,38%, além da inclusão da receita de RGR a ser recebida até 31 de dezembro de 2018.

Deduções da receita: para os itens ICMS, COFINS, PIS-PASEP, ISS, PEE e P&D foi mantido o percentual de 2017 (27,4%). Para o item "encargos setoriais", a informação foi retirada em sua totalidade da planilha "sparta" do último reajuste tarifário da empresa. Assim, o total das deduções da receita ficou em 37,4% das receitas da empresa.

Os encargos de uso do sistema teve como referência o valor em 2017 proporcionalizado (6/12), corrigido pela contribuição dos itens transporte de energia para o aumento tarifário no último reajuste da empresa. O valor da correção aplicado foi de 16,86%.

Para compra de energia valor foi calculado com base na quantidade de energia comprada e na tarifa média de compra de energia

Para quantidade de energia comprada foi considerado o nível necessário para suprir as vendas de energia projetadas para 2018 e manter o nível de perdas estabelecido.

O preço médio de compra de energia teve como referência o preço médio praticado em 2017, corrigido pela contribuição dos itens de energia para o aumento tarifário do último reajuste da empresa.

Na composição dos custos de Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais foram utilizados os valores realizados em 2017 proporcionalizado de (6/12).

Avaliação da concessão da Companhia com base no método de valor em uso apresentou uma geração de caixa no valor de R\$ 16.307 com uma taxa de desconto (pós-impostos) de 5,92% resultou em um valor presente de fluxos gerados negativo de R\$ 15.483.

A análise dos ativos intangíveis em serviço vinculados à concessão registrados no balancete de junho de 2017 apresentou ativos a recuperar no valor de R\$ 10.166. Sendo assim a análise da necessidade de capital de giro apresentou um valor positivo de R\$ 40.340. Desta forma, não houve a necessidade de provisão para desvalorização de ativos.

16. Fornecedores

As obrigações com fornecedores decorrem da compra e transmissão de energia para revenda, da compra de combustíveis e pelo fornecimento de materiais e serviços.

		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante			
Fornecedores - Energia Elétrica	(16.1)	47.265	11.208
Produtores Independentes	(16.2)	49.564	26.144
Fornecedores - Materiais e Serviços	(16.3)	23.044	15.222
Fornecedores Transmissão de Energia		940	284
		<u>120.813</u>	<u>52.858</u>
Petrobras		-	150.654
Atualização Monetária		-	12.412
Petrobras CCDs	(16.4)	93.260	26.960
Atualização Monetária - CCDs		19.855	14.014
Total		<u>233.928</u>	<u>256.898</u>
Não Circulante			
Petrobras CCDs	(16.4)	347.602	245.685
Atualização Monetária - CCDs		3.596	16.420
Total		<u>351.198</u>	<u>262.105</u>

16.1 Fornecedores de Energia Elétrica

O saldo é composto por mais diversos fornecedores de energia elétrica de todo o país, inclusive com partes relacionadas da ELETROACRE, referente compra de energia no Sistema Interligado Nacional - SIN para distribuição no Estado do Acre. É importante frisar que a energia contratada por empresa é quitada em 3 parceladas iguais conforme cláusulas contratuais.

O aumento na rubrica se deu pelo fato da companhia não ter recebido de novembro de 2017 a abril recursos da RGR (remuneração adequada), o que tem prejudicado o fluxo de pagamentos dos fornecedores.

16.2 Produtores Independentes de energia Elétrica

O saldo refere-se ao custo total de geração de energia elétrica no sistema isolado de dezembro de 2017, que são as localidades do interior do estado que não estão conectadas ao SIN. Atualmente a ELETROACRE possui contrato com 3 produtores independentes.

16.3 Fornecedores Materiais e Serviços

Nesta rubrica estão registradas as transações com fornecimento de bens, materiais e serviços, destacando principalmente, a dívida juntos aos prestadores de serviços da ELETROACRE no montante de R\$ 91.307 (R\$ 15.222 em 2017).

16.4 Petrobras CCDs

O saldo é referente a dois Contratos de Confissão de dívida - CCD junto a Petrobras como sendo:

a) CCD 1: celebrado em 31 de dezembro de 2014 oriundo da compra de combustível para produção de energia elétrica para o sistema isolado, no período de setembro de 2011 a junho de 2015, no montante de R\$ 247.526 parcelada em 120 parcelas sendo as 36 primeiras parcelas no valor de R\$ 1.031 e as 84 restantes no valor de R\$ 2.505. O saldo devedor é atualizado monetariamente pela SELIC.

b) CCD 2: contrato firmado em maio de 2018 com a Petrobras referente à aquisição de combustível para produção de energia elétrica para o sistema isolado, no período de novembro de 2014 a junho de 2015. O montante da dívida negociada é de R\$ 172.255, atualizada até 06 de março de 2018, parcelada em 36 parcelas sendo o saldo devedor atualizado pela taxa de juros equivalente 124,75% do Certificado de Depósitos Interbancários ("CDI"), a partir de 07/03/2018, até a liquidação do saldo devedor.

17. Financiamentos e empréstimos e Encargos da dívida

17.1 Composição

Abaixo composição do saldo da dívida no curto e longo prazos:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Eletrobras	160.334	95.997
Não Circulante		
Eletrobras	299.799	346.960
CCEE	82.643	65.287
	<u>542.643</u>	<u>508.244</u>

17.2 Detalhamento dos financiamentos e empréstimos

Os Empréstimos e financiamentos da ELETROACRE encontram-se compostos conforme os Recursos:

i) Reserva Geral de Reversão (RGR)

Os recursos contratados por meio da taxa da RGR possuem as seguintes características: a) taxa de administração 2% a.m.; e b) taxa de juros 5% a.a.; e c) Prazos de carências para amortização do principal variam entre 24 (vinte e quatro) e 36 (trinta e seis) meses. Já as amortizações do principal estão

compreendidas entre 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) parcelas mensais atualizadas mensalmente pela taxa RGR.

ii) RGR ANEEL - Remuneração Adequada

Conforme Resolução Normativa nº 748, de 29 de novembro de 2016 - Art. 6º - Parágrafos 9º e 10º. A taxa de juros a ser utilizada para o empréstimo será de 111% da taxa SELIC. A amortização de principal e de pagamento de juros terão carência de 12 meses após a assunção da concessão pelo novo concessionário sendo que, finalizada a carência, a amortização do empréstimo será feita em 36 parcelas mensais e iguais.

iii) Recursos Ordinários (RO)

Os Recursos Ordinários (RO) são operações de crédito contratados junto a Eletrobras para cobertura de déficit operacional, como: 1) Compra de energia no mercado de curto prazo junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); 2) refinanciamento de dívidas; e 3) Programa de Demissão Voluntária (PDV). As características: a) taxa SELIC mais spread 0,5% a.a. pro rata temporis vencíveis a cada dia 30 (trinta) de cada mês; b) carência do principal 12 (doze) meses; e c) As amortizações possuem prazo entre 36 (trinta e seis) e 60 (sessenta) parcelas mensais. O saldo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 263.117 R\$ 197.258 em 31 de dezembro de 2017).

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) Projeto Energia +

O Financiamento, cujo recurso é oriundo do Banco Mundial à Eletrobras, tem como finalidade a cobertura dos custos diretos da implantação do projeto denominado "Projeto de Melhoria da Performance Operacional e Financeira das Empresas de Distribuição - PROJETO ENERGIA +". As características do financiamento estão a seguir descritas: a) taxa de administração 0,5% a.m.; b) Comissão de Reserva de Crédito 1% a.a.; c) A taxa de juros é definida semestralmente pela Eletrobras, calculado com base nos custos fixados pelo BIRD, vencíveis e pagos no dia 30 (trinta) de cada mês; d) A carência consta de 66 (sessenta e seis) meses, com amortização prevista em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, com atualização do saldo devedor pelo índice do IPCA.

Garantias:

1. Receita própria
2. Notas promissórias

Abaixo composição do saldo da dívida, por indicador com os respectivos percentuais de participação sob o montante dos empréstimos e financiamentos:

Indexador	30/06/2018		31/12/2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
RGR (JUROS DEFINIDOS)	2.518	0,46	5.700	1,12
RO (SELIC)	34.650	6,38	33.472	6,59
RO (SELIC + 0,5%)	170.768	31,46	163.786	32,23
CDI-CETIP	100.582	18,53	95.503	18,79

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Indexador	30/06/2018		31/12/2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
IPCA	58.599	10,80	55.844	10,99
RGR ANEEL (111% SELIC)	175.659	32,36	153.939	30,29
Total	542.776	100,00	508.244	100,00

Principais indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos, acumulados para um período de 12 meses:

Taxas	Variação %	
	30/06/2018	31/12/2017
IGP-M	5,40	(0,53)
SELIC	3,17	10,11
IPCA	2,60	2,95
CDI-CETIP (119,5%-CDI)	13,18	13,18

17.3 A composição dos vencimentos das parcelas estão assim apresentados.

ANO	30/06/2018	31/12/2017
2019 (Circulante)	80.167	95.997
2019 (Não circulante)	133.015	131.414
2020	87.713	65870
2021	51.028	49519
2022	77.349	48530
2023	72.115	81.784
Após 2023	41.389	35.130
	542.776	508.244

17.4 Movimentação dos empréstimos e financiamentos e encargos.

	Circulante	Não Circulante
Saldo em 01 de janeiro de 2017	8.791	360.653
Ingressos	-	109.482
Transferência do Longo Prazo	-	(93.950)
Transferência do Curto Prazo	93.950	-
Variação	-	1.494
Juros Incorporados	(34.568)	34.568
Encargos da dívida	38.691	-
Amortização dos Encargos da dívida	(3.670)	-
Amortização	(7.197)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95.997	412.247
Ingressos	-	17.449
Transferência do Longo Prazo	-	(66.315)
Transferência do Curto Prazo	66.315	-
Variação	39	1.141
Juros Incorporados	(16.377)	16.377
Encargos da dívida	18.040	1.543
Amortização dos Encargos da dívida	(1.766)	-
Amortização	(1.914)	-
Saldo em 30 de junho de 2018	160.334	382.442

18. Tributos e contribuições sociais

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
PIS/PASEP/COFINS	2.982	3.761
FGTS	518	519
ISS	1.083	1.474
INSS	3.449	2.124
ICMS	16.602	13.366
IRRF	485	739
Retenções IR/CSLL/COFINS/PIS	6.924	6.589
Parcelamentos ICMS	(18.1) 68.123	69.878
Parcelamento previdenciário	482	-
Parcelamento PRT	(18.2) 4.309	4.800
	<u>104.957</u>	<u>103.250</u>
Não Circulante		
PIS/PASEP/COFINS	15.474	-
IR e CSLL	14.205	-
Parcelamentos ICMS	(18.1) 79.234	120.756
Parcelamento PRT	(18.2) -	1.600
	<u>108.913</u>	<u>122.356</u>

18.1 Parcelamentos ICMS

Os saldos dos parcelamentos realizados pela ELETROACRE junto ao Governo do Estado do Acre referente a ICMS estão assim apresentados:

	<u>31/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Parcelamento ICMS	14.410	13.336
Parcelamento ICMS AI 4.928	6.486	5.389
Parcelamento ICMS PGE	47.227	51.153
	<u>68.123</u>	<u>69.878</u>
Não Circulante		
Parcelamento ICMS	61.159	66.743
Parcelamento ICMS AI 4.928	18.075	20.208
Parcelamento ICMS PGE	-	33.805
	<u>79.234</u>	<u>120.756</u>
Total Geral	<u>147.357</u>	<u>190.634</u>

19. Pesquisa e desenvolvimento

A lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das ELETROACRE concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica.

A ELETROACRE reconheceu o passivo relacionado aos valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida - ROL), mas ainda não aplicados nos programas Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme Resoluções da ANEEL.

Abaixo segue quadro demonstrativo dos saldos de cada programa.

	30/06/2018	31/12/2017
Programa de Eficiência Energética - PEE	17.499	15.367
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.715	11.810
Fundo Nac. de Desenvol. Cient. e Tec. - FNDCT	543	142
Ministério de Minas e Energia - MME	271	100
	31.028	27.419

20. Encargos setoriais

São entendidos como Encargos Setoriais os custos não gerenciáveis suportados pelas concessionárias de distribuição, instituídos por Lei, cujo repasse aos consumidores é decorrente da garantia do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

Os Encargos Setoriais integrantes da Parcela A nos processos tarifários são os seguintes:

- i. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- ii. Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA;
- iii. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH;
- iv. Encargos de Serviços do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER;
- v. Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE;
- vi. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE; e
- vii. Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS

Os saldos apresentados de encargos setoriais estão compostos da seguinte forma:

	30/06/2018	31/12/2017
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.487	4.091
Taxa de Fiscalização do Serv Energia Elétrica - TFSEE	65	65
Total	4.552	4.156

O valor apresentado na Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, tem como base as Resoluções Homologatórias da ANEEL nº 2.202 de fevereiro de 2017, atualizada pela Resolução 2.231 de abril de 2017, que definiram os valores a serem recolhidos pelas distribuidoras de energia elétrica de todo país.

21. Benefício pós-emprego

		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante			
Contribuição Patronal Previ Norte	(21.1)	3	174
Total		<u>3</u>	<u>174</u>
Não circulante			
Laudo Atuarial Plano de Saúde		58	225
Total		<u>58</u>	<u>225</u>

21.1 Contribuição Previnorte

Nesta rubrica estão provisionados o saldo patronal a reconhecer mensalmente sobre a apuração da folha de pagamento.

22. Outros passivos

		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante			
Folha de pagamento		53	-
Prefeituras - Iluminação Pública	(22.1)	8.532	7.684
Consumidores - Devoluções	(22.2)	5.935	6.140
Consignações de terceiros		2.265	2.481
Autos de infração ANEEL	(22.3)	3.805	3.805
Repasses arrecadados		2.285	1.006
Contrato oneroso	(22.4)	-	10.153
Outros credores		7.088	1.761
Total		<u>29.963</u>	<u>33.030</u>
Não circulante			
Cauções em garantia		88	103
Total		<u>88</u>	<u>103</u>

22.1 Prefeituras - Iluminação Pública

Referem-se às Contribuições para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP que são inseridas nas faturas de energia elétrica dos consumidores, e quando arrecadadas são repassadas às prefeituras.

22.2 Consumidores-Devoluções

Refere-se a devolução aos consumidores referente a Portaria 024/2000 da Aneel que rege sobre o desempenho da rede básica e avaliação de continuidade de prestação de serviços de energia elétrica, tais como: DIC, FIC, DEC, FEC e também a Resolução 318/2008 que estabelece critérios e procedimentos para repasse ao consumidor residencial e rural, na forma de bônus, do saldo positivo da conta de comercialização da energia elétrica de ITAIPU.

22.3 Auto de Infração ANEEL

O Saldo refere-se ao auto de infração 0026/2017 aplicado pela ANEEL à ELETROACRE por descumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais relativas aos níveis de qualidade dos serviços e do fornecimento de energia elétrica.

A ELETROACRE recorreu administrativamente junto a ANEEL e no momento aguarda decisão.

22.4 Concessão Onerosa

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos da concessão, utilizando no estudo a metodologia do fluxo de caixa descontado. Neste método os fluxos financeiros operacionais da empresa são projetados até o término da vida útil dos ativos testados, sendo estes fluxos, ajustados a valor presente e somados.

Observa-se ainda, que este estudo considerou como vida útil dos ativos até o término da vigência do contrato de prestação de serviço em 31 de dezembro de 2018, conforme relatado na Nota 2.

A análise dos ativos intangíveis em serviço vinculados à concessão registrados no balancete considerado os valores do resultado do exercício de 2017, apresenta ativos à recuperar no valor de R\$ 10.166. Por outro lado, a análise da necessidade de capital de giro apresentou um valor negativo de R\$ 15.483 conforme Nota 15.1. Desta forma, não se caracteriza a necessidade de provisão para desvalorização de ativos.

23. Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais

Para a avaliação das probabilidades a ELETROACRE se baseia na opinião da Assessoria Jurídica interna responsável pelo acompanhamento dos processos, onde na análise de riscos realizadas são apurados os valores envolvidos nas demandas que normalmente são medidos em função do valor da causa e, quando a classificação é considerada como provável o valor apurado passa a ser o do proveito econômico expresso na sentença.

As provisões passivas estão compostas como segue:

	Nota	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Não Circulante			
Cíveis	(23.1)	924	4.644
Trabalhistas	(23.2)	1.640	2.930
Fiscais	(23.3)	141.851	114.486
		<u>144.415</u>	<u>122.060</u>

Abaixo movimentação ocorrida nas provisões para contingências:

	<u>Não Circulante</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2017	<u>8.032</u>
Adições	284.774
Reversão	(170.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>122.060</u>
Adições	27.533
Reversão	(5.178)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>144.415</u>

23.1 Detalhamento de Contingências Cíveis

O maior volume de processos cíveis em que a ELETROACRE é ré, são de causas oriundas de reclamações reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor - CDC, Lei N.º 8.078/90.

Abaixo posição das contingências cíveis, que tramitam na esfera judicial:

	Valor		Quantidade	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Cíveis				
Provável	924	4.644	253	285
Possível	516.132	511.475	3.070	1.871
Total	517.056	516.119	3.323	2.156

As principais ações cíveis são provenientes de:

As principais causas de perdas prováveis são compostas por indenizações por danos morais, movidas por consumidores ou terceiros, sendo que as demais ações provisionadas são decorrentes de operações envolvendo o setor comercial da ELETROACRE, como por exemplo: pedidos de refaturamento, parcelamento de débitos, cobrança indevida, protesto indevido, entre outros;

As causas de perdas possíveis principais estão assim distribuídas:

a) Referente principalmente a ação civil pública impetrada pela Associação Nacional dos Consumidores - ANDECO contra todas as Concessionárias de Energia Elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia dos consumidores, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. A ANDECO pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas e técnicas. O valor da ação é de R\$ 27.079.631, porém o valor cobrado à ELETROACRE de Eletricidade do Acre é de R\$ 501.140. A ELETROACRE considerou esse processo como possível pelos seguintes motivos:

- A Associação autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art.543 - C do CPC/73.
- A referida Associação está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo.

Esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela ELETROACRE, mas sim, de critérios adotados pela ANEEL (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a Aneel, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da Aneel. Ressalte-

se que, em uma eventual condenação, o valor da ação será repassado integralmente às tarifas.

- b) 15 ações provenientes de aplicações de cláusulas contratuais de serviços contratados e reequilíbrio contratual, no valor de R\$ 2.079;
- c) 27 indenizações por danos, no valor de R\$ 2.075;
- d) As demais são provenientes de ações de refaturamento, cobrança indevida dentre outros.

23.2 Detalhamento de contingências trabalhistas:

	Valor		Quantidade	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhistas				
Provável	1.639	2.930	68	37
Possível	3.588	6.030	161	150
Total	5.227	8.960	229	187

As contingências trabalhistas estão distribuídas da seguinte maneira:

- As causas de perdas prováveis são compostas por 14 ações provenientes de responsabilidade subsidiária com terceirizados, no valor total de R\$ 769, e 9 ações movidas por funcionários para equiparação de vantagem salarial e danos morais no valor total de R\$ 315 e 45 ações movidas por candidatos do último concurso público requerendo ingresso na Companhia no valor de R\$ 544.
- As principais causas de perdas possíveis são compostas por 14 ações de responsabilidade subsidiária com terceirizados, no valor total de R\$ 809, e 58 ações movidas por funcionários reclamando verbas trabalhistas, equiparação de vantagens, adicional periculosidade e verbas rescisórias, no valor total de R\$ 2.328 e mais 87 ações movidas por candidatos do último concurso público requerendo ingresso na Companhia no valor de R\$ 351.

23.3 Contingências fiscais:

A ELETROACRE após a negociação do processo do ICMS que estava na Procuradoria Geral do Estado, levantou todos os Autos de Infração aplicados pela SEFAZ/AC com o mesmo objeto da referida ação sendo o estorno de crédito de ICMS referente a aquisição de óleo diesel para geração de energia elétrica no sistema isolado. Neste levantamento foram identificados os autos 06.500/2014, 08.642/2016 e 08.650/2016 com mesmo objeto.

Calçada por opinião jurídica sobre o tema, a ELETROACRE reconheceu provisão dos autos supracitados no montante de R\$ 114.486 em dezembro de 2017. A Companhia atualiza provisão pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, mesmo índice utilizado pelo fisco estadual, o que justifica o aumento da provisão.

24. Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo remanescente de atualização monetária é proveniente das atualizações ocorridas entre o início do processo e a efetiva integralização, o processo de integralização está tramitando nos órgãos competentes para posterior integralização.

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Atualização Monetária do ECF-0761/2012	6.094	6.094
Atualização Monetária do ECF-0970/2012	6.693	6.693
Resolução 0596/2016	66.374	64.328
Total	79.161	77.115

25. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

O Capital Social subscrito em 30 de junho de 2018 é de R\$ 475.789, totalmente integralizado, representado por 108.271.416.523 ações, sem valor nominal, composto da seguinte forma:

Espécie e Classe de Ações	30/06/2018		2016	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Ações ordinárias	78.582.126.234	345.322	78.582.126.234	345.322
Ações preferenciais	29.689.290.289	130.467	29.689.290.289	130.467
	108.271.416.523	475.789	108.271.416.523	475.789

As ações preferenciais, sem direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando, porém, de prioridade no reembolso do capital, tendo direito a dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o seu valor patrimonial.

A distribuição do capital total por acionista é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações	%	Valor
Centrais Elétricas Brasileiras-ELETOBRAS	104.706.713.291	96,7076	448.497
Próspero Serviços LTDA.	2.414.789.260	2,2303	18.487
Cia. Indústria H.C. Schneider	341.270.106	0,3152	2.613
Coop. Eletrificação Rural Mal.C.Rondon	253.482.139	0,2341	1.941
Atrium Participações Ltda.	333.430.888	0,3080	2.553
Outros Acionistas	221.730.839	0,2048	1.698
	108.271.416.523	100	475.789

25.1 Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego concedido aos funcionários e o plano de saúde concedido como benefício em função à adesão do Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, com base nos dados apresentados na nota 21. Os custos incorridos, bem como os ganhos e perdas das obrigações atuariais foram reconhecidos apresentando um valor negativo final de R\$ 558 em 2017 contra um valor negativo de R\$ 405 em 2016.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita operacional líquida

Abaixo composição a receita operacional líquida:

Nota	Nº de Consumidores(*)		MWh(*)		R\$			
	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita de Fornecimento de Energia Elétrica								
Residencial	213.011	204.635	225.120	220.338	71.371	146.098	70.494	140.628
Industrial	608	665	19.583	18.033	5.406	10.607	4.910	9.799
Comercial	22.419	21.059	117.699	114.211	33.259	65.659	31.773	63.366
Rural	28.422	28.064	24.608	23.692	5.650	11.366	5.332	10.748
Poder público	3.340	3.238	60.829	61.376	16.036	31.474	16.544	32.035
Iluminação pública	306	278	29.948	24.513	5.473	11.915	4.648	9.270
Serviço público	212	180	26.697	26.164	4.533	9.012	4.562	9.081
Suprimento de Energia	2	2	3.927	5.463	616	1.192	714	1.660
Venda de Energia no MCP	-	-	35.281	318.608	2.462	6.512	42.162	62.913
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	1.313	436	(186)	(2.040)
Subvenção à tarifa social de baixa renda	-	-	-	-	2.321	4.612	1.527	3.836
CVA Bandeira	-	-	-	-	281	281	-	6
Bandeiras Tarifárias	-	-	-	-	2.781	3.237	4.488	5.613
(-) Tranf. p/ Obrigações especiais ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	(474)	(940)	(417)	(812)
Total da Receita de Fornecimento	268.320	258.121	543.692	812.398	151.028	301.461	186.551	346.103
Outras Receitas								
Receita de Construção					12.072	15.529	10.835	8.741
Compensação Revisão Tarifária Extraordinária					2.802	6.890	1.880	5.641
Receita RGR ANEEL (26.1)					158.941	158.941	-	-
Constituição CVA (26.2)					21.851	45.570	11.192	11.090
Amortização CVA RTE (26.2)					(1.216)	(2.433)	(8.517)	(17.034)
Outras Receitas Operacionais					2.385	5.488	2.136	5.077
Total de Outras Receitas					196.835	229.985	17.526	13.515
Total da Receita Operacional Bruta					347.863	531.446	204.077	359.618
Tributos e Contribuições Sociais								
ICMS Sobre Venda de Energia Elétrica					(30.658)	(62.621)	(30.448)	(59.701)
COFINS					(24.915)	(38.934)	(14.080)	(26.348)
PIS/PASEP					(6.167)	(9.194)	(7.259)	(10.028)
Subtotal					(61.740)	(110.749)	(51.787)	(96.077)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Nº de Consumidores(*)		MWh(*)		R\$			
	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Encargos Setoriais								
Encargos do Consumidor - CDE					(14.326)	(26.955)	(12.174)	(25.452)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE					(195)	(391)	(169)	(338)
Subtotal					(14.521)	(27.346)	(12.343)	(25.790)
Outras Deduções								
Encargos do Consumidor - PEE					(1.360)	(2.103)	(431)	(1.289)
Encargos do consumidor - P&D					(1.320)	(1.942)	(732)	(1.118)
Outras Deduções					(379)	(5.784)	-	(205)
Subtotal					(3.032)	(9.829)	(1.163)	(2.612)
Total das Deduções da Receita					(79.320)	(147.924)	(65.293)	(124.479)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					268.543	383.522	138.784	235.139

(*) Informações não auditadas pelos Auditores Independentes

O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerado, assim como também no quantitativo de consumidores.

26.1 Receita RGR ANEEL

Nesta rubrica é contabilizada a receita de ativo financeiro referente ao empréstimo da RGR ANEEL. Esta remuneração foi estabelecida pela ANEEL através da Res. 748/2016, que estabelece os termos e condições para a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Um breve resumo do histórico para a constituição desse ativo pode ser visto na nota 8.2. O valor de R\$ 158.941 referem-se aos repasses recebidos pela ELETROACRE de novembro de 2016 até junho de 2018.

26.2 Receita de CVA

Nessa rubrica são reconhecidos os valores correspondentes às diferenças temporárias apuradas entre o custo coberto pela tarifa do período e o valor efetivamente realizado.

27. Custo com energia elétrica

A ELETROACRE, para atendimento aos seus consumidores, mantém contrato com diversas empresas, comprando energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR

	<u>01/04/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>	<u>01/04/2017 a</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/06/2017</u>
Energia Comprada	(61.731)	(152.071)	(88.641)	(161.212)
Custo do Sistema Interligado	(39.542)	(109.733)	(68.640)	(121.051)
Contratos Bilaterais	(27.1) (126)	(197)	(5.088)	(10.179)
CCEE	(27.2) (11.608)	(54.669)	(27.109)	(52.569)
Contratos Proinfa	(1.808)	(3.616)	(1.713)	(3.426)
Contratos CCEAR	(27.3) (36.628)	(74.212)	(31.699)	(62.373)
Recuperação de Tributos	10.628	22.961	(3.031)	7.496
Custo do Sistema Isolado	(22.189)	(42.338)	(20.001)	(40.161)
Produtores Independentes de Energia	(27.4) (77.599)	(151.403)	(65.770)	(132.345)
Recuperação de Custo CCC	55.410	109.065	45.769	92.184
Uso do Sistema de Transmissão	(2.747)	(4.719)	(1.701)	(3.922)
Total	(64.478)	(156.790)	(90.342)	(165.134)

27.1 Contratos Bilaterais

Refere-se a contratos de compra de energia com partes relacionadas. Atualmente a ELETROACRE possui dois contratos dessa natureza com empresas do grupo: com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE e com Furnas Centrais Elétricas S.A..

27.2 CCEE

Refere-se a encargos de energia como CDE USO, CDE ENERGIA, ACR, bandeiras tarifárias e Encargo de Energia de Reserva - EER e contratos de cotas de garantia física os quais são administrados pela CCEE. Também são registrados nessa rubrica despesas e recontabilizações do MCP e penalidades contratuais. A justificativa da variação pode ser observada na nota 26.1.

27.3 Contratos CCEAR

O Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - (CCEAR) é um contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), como decorrência dos leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes e de novos empreendimentos.

Atualmente a ELETROACRE possui diversos contratos distribuídos da seguinte forma:

- i) 38 referentes aos Leilões de Energia promovidos pela CCEE, sendo 28 CCEAR_Q e 10 CCEAR_D, foi efetuado rescisão com a Santo Antônio Energia a partir de janeiro de 2018, através de acordo bilateral;
- ii) 73 relativos a Quotas de Garantias Físicas;
- iii) um contrato com energia nuclear e um contrato com o Proinfa.

27.4 Produtores Independentes de Energia Elétrica - PIE

A partir de setembro de 2016, a ELETROACRE passou a ter uma nova forma de contratos perante aos 03 (três) Produtores Independentes de Energia - PIE, Os contratos passaram a ter regras efetivas de compra e venda de energia com a anuência da ANEEL. A partir de então a ELETROACRE não compra combustível para gerar energia para o sistema isolado, logo, a responsabilidade pela compra do insumo é do produtor independente.

28. Custos de operação, construção e despesas operacionais.

01/04/2018 a 30/06/2018				
	Custo de Operação	Custo de Serviços Prestados a Terceiros	Despesas Operacionais	Custos e Despesas Totais
Pessoal	(7.063)	-	(5.873)	(12.936)
Material	(295)	-	(79)	(374)
Serviço de terceiros	(28.1) (13.235)	-	(2.498)	(15.733)
Depreciação e amortização	(5.543)	-	(769)	(6.312)
Arrendamentos e aluguéis	(23)	-	(236)	(259)
Provisões líquidas	(28.2) 29.133	-	3.222	32.355
Custo de construção	-	(12.072)	-	(12.072)
Perda com processos judiciais	(1.339)	-	(11.382)	(12.721)
Penalidades regulatórias	(1.454)	-	-	(1.454)
Perda com crédito de clientes	(13.162)	-	-	(13.162)
Outros	(28.3) (1.592)	-	(481)	(2.073)
Total	(14.573)	(12.072)	(18.096)	(44.741)

01/01/2018 a 30/06/2018				
	Custo de Operação	Custo de Serviços Prestados a Terceiros	Despesas Operacionais	Custos e Despesas Totais
Pessoal	(15.751)	-	(11.115)	(26.866)
Material	(607)	-	(184)	(791)
Serviço de terceiros	(28.1) (26.850)	-	(5.014)	(31.864)
Depreciação e amortização	(11.233)	-	(1.543)	(12.776)
Arrendamentos e aluguéis	(94)	-	(471)	(565)
Provisões Líquidas	(28.2) 38.661	-	5.010	43.671
Custo de Construção	-	(15.529)	-	(15.529)
Perda com processos judiciais	(2.025)	-	(11.785)	(13.810)
Penalidades Regulatórias	(7.534)	-	-	(7.534)
Perda com Crédito de Clientes	(19.041)	-	-	(19.041)
Outros	(28.3) (2.895)	-	(1.565)	(4.460)
Total	(47.369)	(15.529)	(26.667)	(89.565)
01/04/2017 a 30/06/2017				
	Custo de Operação	Custo de Serviços Prestados a Terceiros	Despesas Operacionais	Custos e Despesas Totais
Pessoal	(7.351)	-	(4.633)	(11.984)
Material	(294)	-	(259)	(553)
Serviço de terceiros	(28.1) (12.950)	-	(2.502)	(15.452)
Depreciação e amortização	(5.102)	-	(648)	(5.750)
Arrendamentos e aluguéis	(158)	-	(191)	(349)
Provisões Líquidas	(28.2) (15.329)	-	(6.227)	(21.556)
Custo de Construção	-	(10.835)	-	(10.835)
Perda com processos judiciais	(1.301)	-	(434)	(1.735)
Auto de Infração ANEEL	1.022	-	-	1.022
Penalidades Regulatórias	(1.870)	-	-	(1.870)
Perda com Crédito de Clientes	(5.667)	-	-	(5.667)
Outros	(28.3) (1.327)	-	(275)	(1.602)
Total	(50.327)	(10.835)	(15.169)	(76.331)
01/01/2017 a 30/06/2017				
	Custo de Operação	Custo de Serviços Prestados a Terceiros	Despesas Operacionais	Custos e Despesas Totais
Pessoal	(13.834)	-	(9.008)	(22.842)
Material	(485)	-	(391)	(876)
Serviço de terceiros	(28.1) (23.050)	-	(4.643)	(27.693)
Depreciação e amortização	(11.314)	-	(1.308)	(12.622)
Arrendamentos e aluguéis	(268)	-	(383)	(651)
Provisões Líquidas	(28.2) (18.995)	-	(6.516)	(25.511)
Custo de Construção	-	(8.741)	-	(8.741)
Perda com processos judiciais	(1.495)	-	(628)	(2.123)
Auto de Infração ANEEL	-	-	-	-
Penalidades Regulatórias	(6.756)	-	-	(6.756)
Perda com Crédito de Clientes	(12.235)	-	-	(12.235)
Outros	(28.3) (3.079)	-	(538)	(3.617)
Total	(91.511)	(8.741)	(23.415)	(123.667)

28.1 Serviços de terceiros

Nesta rubrica são alocados custos com contratos com prestadores de serviços terceirizados na sua grande maioria com empresas de serviços técnicos.

28.2 Provisões líquidas

Abaixo detalhamento das Provisões:

	Provisões Líquidas			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
PCLD - Consumidores	17.610	18.496	3.311	(356)
Valor Recuperável de Ativos	11.523	20.165	-	-
Contingências	3.222	5.010	(24.867)	(25.155)
Total	32.222	43.671	(21.556)	(25.511)

Verifica-se uma redução considerável nas provisões principalmente em função da reversão da provisão do teste de impairment e do contrato oneroso e contingências, pois no trimestre passado foi realizada uma provisão tributária de R\$ 18.640 milhões o que não ocorreu em 2018.

28.3 Outros

Nesta rubrica estão alocadas despesas diversas de menor valor dentre as principais temos despesas com conselho de consumidores, indenizações por queima de aparelhos, taxa de arrecadação e bancárias e com estagiários. O aumento na rubrica foi motivado principalmente pelo reajuste de contrato com agentes arrecadadores, como também o aumento do número de agentes visando otimizar os recebimentos dos consumidores.

29. Resultado financeiro

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita de aplicações financeiras	472	558	522	714
Acréscimo moratório sobre energia vendida (29.1)	2.676	5.424	3.270	5.857
Variações monetárias ativas (29.2)	22.033	26.321	3.797	8.503
Outras receitas financeiras	1.049	1.667	(215)	951
	26.230	33.970	7.374	16.025
Encargos de dívidas	(12.110)	(19.583)	(4.327)	(17.691)
Variações monetárias passivas (29.3)	(9.561)	(24.870)	(11.587)	(25.391)
Encargos de tributos (29.4)	(20.189)	(25.163)	(72.555)	(79.531)
Outras despesas financeiras	(3.818)	(6.472)	(1.762)	(7.192)
	(45.678)	(76.088)	(90.231)	(129.805)
Resultado financeiro	(19.448)	(42.118)	(82.857)	(113.780)

29.1 Acréscimo moratório sobre energia vendida

Esses acréscimos correspondem a juros e multas com incidência nas contas de energia elétrica dos consumidores, em virtude do não pagamento até o vencimento das faturas.

29.2 Variações monetárias ativas

O aumento das variações monetárias é explicado pela constituição do ativo do empréstimo da RGR ANELL referente a parcela de atualizações financeiras no valor de R\$ 16.592.

29.3 Variações monetárias passivas

Nesta rubrica estão contabilizados os encargos de atualização monetária da dívida junto a Petrobras e a atualização de processo judicial em face a ANEEL.

29.4 Encargos de tributos

Nesta rubrica estão contabilizados os encargos de atualização monetária da dívida junto de parcelamentos tributários como também multas e juros por atraso no pagamento de tributos correntes.

30. Gestão de Risco Financeiro

30.1 Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

A política da ELETROACRE considera o risco de crédito o negócio de distribuição de energia elétrica e dentre eles os prazos concedidos, para isso, o acompanhamento tem gestão contínua e sucessiva. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em contas a receber de clientes.

A ELETROACRE não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, atualmente Prestadora de Serviço, sendo que a regulamentação do setor elétrico é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência a ELETROACRE atua por meio de:

- i. Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso e
- v. Cobrança judicial.

b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria financeira.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela ELETROACRE, além dos programados para administração do capital circulante, é transferido para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Abaixo, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados da conta de fornecedores, encargos setoriais e financiamentos e empréstimos:

Em 30 de junho de 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores e outras obrigações, incluindo obrigações legais	343.408	351.198	29.963
Financiamentos e Empréstimos	160.334	213.182	138.741
Em 31 de dezembro de 2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores e outras obrigações, incluindo obrigações legais	364.304	262.105	33.030
Financiamentos e Empréstimos	95.997	227.411	115.389

c) Política de taxa de juros

A Administração da ELETROACRE privilegia liquidez e segurança, seguindo as diretrizes da política de risco e aplicações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco com taxa de juros - O risco associado é oriundo da possibilidade da ELETROACRE incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A ELETROACRE fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, dos indexadores CDI e IGPM.

Instrumentos Financeiros	Valor 30/06/18	Índice em 30/06/18 % a.a	Cenário I (+25%) Índice	Cenário I (+50%) Índice	Cenário I (+25%) Valor	Cenário I (+50%) Valor
ATIVOS						
Aplicações Financeiras	12.637	9,23	11,54	13,845	11.949	14.339
PASSIVOS						
Empréstimos e Financiamentos						
RGR (JUROS DEFINIDOS)	2.518	1,48	1,11	0,74	1.889	1.259
RO (SELIC)	205.418	1,59	1,19	0,795	154.064	102.709
CDI-CETIP	100.582	13,18	9,89	6,59	75.437	50.291

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos Financeiros	Valor 30/06/18	Índice em 30/06/18 % a.a	Cenário I (+25%) Índice	Cenário I (+50%) Índice	Cenário I (+25%) Valor	Cenário I (+50%) Valor
IPCA	58.599	0,70	0,53	0,35	43.949	29.300
RGR ANEEL (111% SELIC)	175.659	13,18	9,89	6,59	131.744	87.830
	542.776				407.082	271.388

Gestão de capital

Os objetivos da ELETROACRE ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a ELETROACRE pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETROACRE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do passivo a descoberto, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	30/06/2018	31/12/2017
Total dos empréstimos	542.776	508.244
Fornecedores	585.094	519.003
	1.127.870	1.027.247
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.604)	(10.401)
Direito de Ressarcimento	(288.719)	(304.530)
	(301.323)	(314.931)
Dívida Líquida	826.547	712.316
Total do patrimônio Líquido	(441.281)	(510.735)
Total do Capital	385.266	201.581
Índice de alavancagem financeira - %	214,54%	353,36%

30.2 Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a PCLD, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a ELETROACRE para instrumentos financeiros similares.

A ELETROACRE usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

ATIVOS FINANCEIROS	30/06/17	31/12/2017
Circulante/Não Circulante	Nível 2	Nível 2
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	12.604	628
Ativo Financeiro - Ativo Financeiro - Concessões de serviço público	442.415	429.813
	442.415	430.441

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

31. Instrumentos financeiros por categoria

A ELETROACRE não opera com instrumentos financeiros derivativos (especulativos ou não especulativos), no entanto, opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 30 de julho de 2018 e 2017.

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Categoria	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo por Meio de Resultado	12.604	10.401
Clientes	Mensurados pelo Custo amortizado	156.372	192.611
Direito de ressarcimento	Mensurados pelo Custo amortizado	288.719	304.530
Ativo Financeiro - Valores a receber Parcela A	Mensurados pelo Custo amortizado	254.257	67.428
Ativo financeiro - concessões de serviços públicos	Valor Justo por Meio de Resultado	442.415	429.813
Total		1.161.749	1.004.783

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Categoria	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores	Mensurados pelo Custo amortizado	803.498	748.765
Empréstimos e Financiamentos	Mensurados pelo Custo amortizado	542.776	508.244
Passivo Financeiro - Valores a pagar Parcela A	Mensurados pelo Custo amortizado	25.783	58.159
Total		<u>1.372.057</u>	<u>1.315.168</u>

31.1 Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Clientes** - São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.
- **Ativo Financeiro Concessão** - São ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como valor justo por meio do resultado.
- **Direito de Ressarcimento** - São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como mensurados pelo custo amortizado.
- **Ativo Financeiro- CVA** - refere-se as variações positivas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente , ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

31.2 Passivos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Fornecedores** - São mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - O principal objetivo deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os investimentos em projetos de expansão da ELETROACRE, assim como também gerenciar as necessidades de seu fluxo de caixa, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e o ajuste econômico-financeiro da concessionária. Destaca-se nesse contexto os contratos de empréstimos captados diretamente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, cujas contabilizações estão registradas pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores

contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou com taxas pré-fixadas.

- **Passivo Financeiro- CVA** - refere-se as variações negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

32. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

A ELETROACRE apurou prejuízo líquido na demonstração de resultados do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2017, após a apuração do lucro real com as devidas adições e exclusões permitidas pela legislação tributária, converteu-se em prejuízo fiscal, é conforme apresentado a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do período	95.049	(267.589)
(+) Total de Adições	80.579	442.670
Provisão não dedutível	5.178	286.677
PCLD	44.410	62.487
Multas indedutíveis	7.922	17.441
Perdas não técnicas	23.068	55.901
Impairment	-	20.164
(-)Total das exclusões	(112.890)	(249.327)
Reversão despesas indedutíveis	(27.533)	(168.843)
PCLD	(62.906)	(69.724)
Multas indedutíveis	(387)	(6.570)
Reversão VNR BRR- AF	(1.900)	(4.190)
Reversão Impairment	(20.164)	-
(=) Efeito Adição/Exclusão	(32.311)	193.343
Prejuízo antes da Compensação de Prejuízos Fiscais	62.738	(74.246)
(-) Compensações	(18.823)	-
Lucro/(Prejuízo) Fiscal do Período	43.915	(74.246)

A ELETROACRE ao longo dos anos, registra na parte "B" do Lalur - Livro de Apuração do Lucro Real, prejuízos fiscais, sem prazo de prescrições, que poderão ser compensáveis com futuros lucros apurados, conforme legislação vigente. Valores estes, que foram ajustados pela Receita Federal do Brasil em R\$ 17.970.

A Companhia em maio de 2017 aderiu ao Programa de Regularização tributária, negociando um total de débitos no valor de R\$ 40.505 abatendo R\$ 30.784 correspondente a 80% do total do débito, com saldos de Prejuízos Fiscais e base negativa de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido o restante foi parcelado em 24 parcelas mensais.

A ELETROACRE possui os seguintes créditos tributários não ativados:

	30/06/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais	352.634	412.230
Base negativa de Contribuição Social	507.692	567.288

33. Cobertura de Seguros

Em 30 de junho de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos Nomeados - Subestações	26/02/2018 a 25/02/2019	26.966	0,00
Riscos Nomeados - Lojas de Atendimento, escritórios administrativos e almoxarifados	26/02/2018 a 25/02/2019	12.484	0,00
Seguro de Vida	26/02/2018 a 25/02/2019	428 vidas	0,00
Veículos	21/01/2018 a 20/01/2019	100% tabela FIPE	0,00

34. Transações com partes relacionadas

A ELETROACRE efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra de energia elétrica, operações de empréstimos, etc. As transações são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas.

As transações e saldos existentes entre a ELETROACRE e suas partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Amazonas Energia	Suprimento de energia	1.441	1.192
Ceron	Devedores diversos e despesas antecipadas	16	-
Ceal	Devedores diversos e despesas antecipadas	-	-
Cepisa	Devedores diversos e despesas antecipadas	9	-
Boa Vista	Devedores diversos e despesas antecipadas	5	-
Eletrobras	Empréstimos, financiamentos e encargos	(460.133)	(18.040)
Eletrobras	Adiantamento para Aumento de Capital	(79.161)	-
Eletrobras	Devedores diversos e despesas antecipadas	(4.940)	-
Eletronorte	Suprimento de energia e encargos da rede de transmissão	(937)	(5.617)
Eletronorte	Devedores diversos e despesas antecipadas	238	-
Eletronorte	Suprimento de energia e encargos da rede de transmissão	(49)	-
Furnas	Devedores diversos e despesas antecipadas	258	(3.724)
Eletronuclear	Quotas de Angra I	-	(670)
Eletrosul	Devedores diversos e despesas antecipadas	-	(2)
Chesf	Chesf	-	(2.722)

34.1 Remuneração a dirigentes

A remuneração dos dirigentes está demonstrada a seguir:

Dirigentes	2017	2016
Honorário Conselho	2	2
Honorário Diretoria Executiva	25	25

RICARDO ALEXANDRE XAVIER GOMES

Diretor Presidente

**RAIMUNDO NONATO NUNES DO
NASCIMENTO**

Diretor Financeiro

EFRAIN PEREIRA DA CRUZ

Diretor de Gestão

DANILO DOMINGOS KLEIN

Diretor de Operação e Expansão

CLAUDIO RUBENS PINHO NILO

Diretor de Assuntos Regulatórios e
Projetos Especiais

LUCAS ENRICH FIORESE

Contador CRC/AC 001865-O